

# AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA NO COMBATE A MISÉRIA EXTREMA NO BRASIL – UMA EXPERIÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL

Processo de produção de conhecimento: Aplicações profissionais (consultorias, avaliações de programas e projetos)

Eliane de Moura Martins<sup>1</sup>  
Eunice Maria Viccari<sup>2</sup>

## Resumo:

Este trabalho expressa contradições constatadas na implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC de Formação inicial e Continuada-FIC no Estado do Rio Grande do Sul-Brasil. O PRONATEC, um instrumento de aproximação entre desenvolvimento econômico e social é fruto da opção pelo modelo do neodesenvolvimentismo. São impasses de ordem objetiva e subjetiva, encontrados nas condições de vida da força de trabalho, em especial dos beneficiários do Programa Bolsa Família-PBF, mobilizados para acessarem o PRONATEC-FIC. Como esses trabalhadores adentram o mercado de trabalho? Qual desenvolvimento econômico possível e necessário? Até onde conciliar interesses tão diversos como as demandas dos trabalhadores com o mundo do capital financeirizado? São algumas das perguntas para refletir a experiência em pauta.

**Palavras-chave:** Trabalho, Assistência Social, Desenvolvimento Econômico.

Cabe inicialmente situar o cenário nacional brasileiro sintetizado em: “País rico é país sem miséria”. O contexto político dessa linha de governo foi inaugurado pelo presidente Lula em 2002, cuja implantação vem ocorrendo nos últimos dez anos. Este foi viabilizado em função de uma composição de forças que reuniu em uma frente política as propostas reformistas do campo sindical e popular com um setor da burguesia interna.

O projeto econômico que articulou e articula os interesses destes dois setores passa pelo chamado neodesenvolvimentismo que segundo Boito (2012) trata-se do desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal. Ainda, caracterizando-o e compartilhando da análise do autor, este tipo de desenvolvimento é reconhecido pelos seus baixos níveis de crescimento econômico, em função de que ele precisa conviver e conciliar com as forças da acumulação financeira, alicerce do modelo neoliberal, o qual não é rompido.

Este modelo de desenvolvimento reafirma e recoloca características estruturais da forma como a economia e o Estado brasileiro ingressaram no capitalismo, ou seja, refratário, dependente, subsumido. Na divisão internacional do trabalho o papel do Brasil segue sendo o de fornecedor via exportações de matérias-primas, energia e recursos naturais, como é o caso do agronegócio no Brasil. Passados mais de quinhentos anos seguem vigorando a lógica colonialista de país enviando riquezas básicas para fora

---

<sup>1</sup> Historiadora, mestranda em Sociologia pela UFRGS e Diretora de Departamento do Trabalho da STDS: [elianedemoura@stds.rs.gov.br](mailto:elianedemoura@stds.rs.gov.br) Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUCRS – Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul, Técnico Científico da STDS: [eumavic@ig.com.br](mailto:eumavic@ig.com.br)

<sup>2</sup> Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUCRS – Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul, Técnico Científico da STDS: [eumavic@ig.com.br](mailto:eumavic@ig.com.br)

sem agregar conhecimentos, tecnologias e produção industrial local, moderna, adequadas a realidade tropical.

Ainda trazendo alguns elementos do cenário nacional observa-se que a lógica do neodesenvolvimentismo exige uma aproximação entre as políticas de desenvolvimento econômico com as políticas de desenvolvimento social. Em se tratando de sistema capitalista, isto não se deve a um gesto de humanidade e de vivência plena das insígnias da revolução burguesa de liberdade, igualdade e fraternidade. Trata-se do fato de que com algum nível de distribuição de renda e crescimento econômico, abre-se um imenso mercado consumidor interno. Este mercado formado por uma massa de trabalhadores cuja cidadania é acenada via o ingresso no mundo do consumo de bens e serviços. A cidadania via consumo liga-se a composição das forças políticas da frente neodesenvolvimentista expressos, sobretudo pelas reeleições deste programa.

O fortalecimento do consumo de massas foi viabilizado por ações legais e financeiras na economia nacional como isenção ou diminuição de impostos para o setor automobilístico, para a indústria de eletrodomésticos da linha branca popular. Também ocorreu e ocorrem fortes investimentos em programas de habitação popular como Minha Casa Minha Vida que alavancaram a indústria da construção civil e esta por sua vez demandou além de financiamentos públicos, mão-de-obra qualificada.

Entretanto, nesta década o acesso ao consumo não veio por nenhum processo de regulamentação do mercado de trabalho ou ampliação de direitos sociais. Ocorreram sim, programas sociais dentro de uma disputa de concepção de que política social esta no campo dos direitos e como tal deve ser organizada. Política social como direito e não como favor das classes abastadas foi demarcado na constituição de 1988, porém sua implantação na forma de um sistema, o SUAS, Sistema Único de Assistência Social com regras institucionalizadas, orçamentos garantidos por leis, aparato estatal para sua operacionalização com controles sociais existe a pouco mais de dez anos.

Juntamente com um conjunto de programas sociais cuja porta de entrada passa por um Cadastro Único das famílias com renda de até três salários mínimos também ocorreram elevação de renda no salário mínimo e nos salários do funcionalismo público. Neste cenário nacional de neodesenvolvimentismo pode-se dizer que a lógica neoliberal ortodoxa foi freada, frente a intervenção do Estado em prol do desenvolvimento capitalista brasileiro, Boito (2012).

Nesta esteira em fins de 2011 o governo federal criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego: PRONATEC com o objetivo de expandir a oferta de vagas públicas em diferentes modalidades de cursos de formação e qualificação profissional voltado a atender as demandas produzidas pelo crescimento econômico e refletidas no mercado de trabalho. No contexto anterior de modelo neoliberal clássico que dominou toda a década de noventa no Brasil o tema da formação da mão-de-obra saiu de foco em função dos altos índices de desemprego além das transições impostas pela reestruturação da produção. Logo com o novo impulso econômico um dos primeiros impactos foi a falta de mão-de-obra qualificada para atender as diferentes frentes do mercado de trabalho.

Diante da demanda por força de trabalho gerado por postos de trabalho no setor de serviços e indústria da construção civil, por exemplo, um dos principais recortes do PRONATEC passa por engajar massivamente a população de baixa renda, de baixos níveis de escolarização, público alvo das políticas sociais em diversos cursos de qualificação profissional voltados a atender ao mercado formal de trabalho. Nesse aspecto pode-se dizer que o neodesenvolvimentismo exigiu empiricamente um encontro entre a pobreza e a riqueza, primeiro mediados por um programa de qualificação profissional e segundo pelo próprio mercado de trabalho e seus aparatos de seleção. Esse encontro, no entanto é permeado de contradições.

No Estado do Rio Grande do Sul a articulação para a implementação do PRONATEC – Formação Inicial e Continuada – FIC, passa pela Secretaria de Estado do Trabalho e do

Desenvolvimento Social – STDS. Lugar este que propicia um bom ângulo para atuação analise e negociação das contradições sem perder de vista, no entanto que politicamente maneja-se com uma frente política de composição de forças diversas.

De acordo com o censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população total do Estado do Rio Grande do Sul - RS é de 10.695.535 pessoas. A população de baixa renda em números segundo a Secretaria de Assessoria a Gestão da Informação – SAGI do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS via o Relatório de Informações – RI, acessado em 24 de abril de 2013 que tem por base os dados do censo do IBGE de 2010 o qual aponta um total de 1.038.720 famílias inscritas no Cadastro Único das políticas sociais até janeiro de 2013 no RS.

O censo também aponta que deste total, 423.376 famílias tem renda per capita de até R\$ 70,00 definidas, portanto como extremamente pobres outras 690.145 famílias tem renda per capita de até 140,00 definidas como pobres, logo estes dois grupos de famílias no RS tem direito de acessar o Programa de transferência de renda, Bolsa Família - PBF. Ocorrem ainda 908.688 famílias com renda per capita de até meio salário mínimo as quais também compõe o universo de programas sociais como Minha Casa Minha Vida, PRONATEC, Tarifa social da energia elétrica e da telefonia fixa.

Somando as famílias economicamente definidas como pobres e extremamente pobres, considerando que em média cada família possui cerca de quatro membros, pode-se dizer que cerca da metade da população do Estado do Rio Grande do Sul é público alvo das políticas sociais como as de transferência de renda como Programa Bolsa Família. Essa mesma população também é o público alvo do programa de qualificação profissional.

Para que ocorresse essa aproximação, entre o público alvo, o programa de qualificação e deste com o mercado de trabalho pode-se também lançar mão da leitura de Bauman (2005) que usa a forte expressão “refugio humano”, defendendo que cada época, sobretudo na modernidade, houve produções de contingentes humanos que não puderam ou não quiseram fazer parte da lógica social hegemônica. Nas primeiras crises do sistema capitalista a solução europeia para o “refugio humano” era colocá-los em navios e despejá-los nas novas colônias, a exemplo de diversos países da América Latina, mas atualmente cada país precisa dar um outro destino ao seu “refugio humano”.

Os preconceitos, limites e adversidades em construir essa aproximação ocorreram e ocorrem em diferentes níveis. O órgão gestor estadual das Políticas do Trabalho e da Assistência Social, adotou o método do diálogo como recurso incondicional para com as equipes dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS<sup>3</sup> para que estas possam atuar nos municípios, aproximando-se do contexto da realidade socioeconômica juntamente com outros atores como: Comissões Municipais de Emprego, movimentos sociais, sindicais, operadores do Sistema Nacional de Empregos – SINES, uma vez que esses são detentores de conhecimentos específicos do mundo do trabalho local e regional. Conhecimentos esses necessários a serem considerados para a identificação e pactuação de vagas de cursos a serem realizados pelos ofertantes<sup>4</sup> de qualificação profissional de Formação Inicial e Continuada FIC em cada município.

A afirmação e busca exaustiva do uso do diálogo está baseado na importância da palavra e da escuta, compreendendo que dialogar é antes de tudo ouvir. O contexto atual instituído pela reestruturação produtiva na sociedade é o da velocidade em tempo real, da informação instantânea em grande quantidade, o que coloca a escuta com “baixo *status*”. Um Programa como o PRONATEC-FIC, que até fins de 2014 prevê qualificar, oito milhões de brasileiros, requer muitas e continuadas mesas de

---

<sup>3</sup>CRAS: Centros de Referência em Assistência Social onde as equipes das políticas municipais de assistência social neste processo são protagonistas dado ao público prioritário a ser qualificado, além de envolverem-se na coordenação, realizam as pré-inscrições para os cursos.

<sup>4</sup> As Instituições autorizadas a realizar os cursos do PRONATEC são chamadas de Unidades Ofertantes. Os cursos são disponibilizados pelos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFs); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

diálogos como espaços em que estes dois mundos abismais – desenvolvimento econômico e social- se encontram e reconhecem que nesta conjuntura um depende do outro.

Vale recorrer a Paulo Freire (2003) que problematiza o choque de valores imposto pela reestruturação da produção e suas exigências de flexibilidade dos sujeitos que na história do Brasil nunca tiveram tarefas políticas. As elites distanciadas do povo sem instancias dialogais, importando modelos deslumbrados de vida pouco alimentou espaços abertos de construção coletiva, logo as dificuldades em abrir-se espaços para construções transversais, onde escutar e compreender o que o outro anuncia passa a ser um exercício tenso e intenso.

Tenso em função de que não se pode menosprezar a força dos diferentes interesses em torno da operacionalidade das políticas públicas de massas, seja pelo acesso e controle de recursos financeiros, seja pelo impacto político e seus possíveis ganhos eleitorais. Intenso em função de que o diálogo abre o campo dos princípios de participação, democracia, educação, formação de sujeitos, elementos que abrem espaços para pensar e sentir que enquanto sociedade talvez pela primeira vez estes setores estejam envolvidos com tarefas sociais e políticas concretas. O envolvimento no tema do enfrentamento a pobreza e a extrema pobreza, por meio de fazer chegar uma política pública que trata de democratizar o acesso a saberes, conhecimentos, técnicas torna o exercício de gestão e implantação do PRONATEC-FIC no RS um exercício intenso.

O Programa coloca-se como uma ponte entre as forças do desenvolvimento econômico e as forças do desenvolvimento social, somente isto já exige um ambiente onde a palavra seja compartilhada e escutada ainda que não na sua completude, pois as contradições de classe, gênero e raça seguem colocadas. A palavra dita e escutada precisa ser melhor apropriada pelos setores da classe trabalhadora que ocupam a base da pirâmide social e deste lugar, problematizar um conjunto de contra-argumentos capazes de desnudar o discurso midiático do “apagão de mão-de-obra”. Discurso este que alimenta a ideia que os problemas do mercado de trabalho no Brasil como falta de mão-de-obra qualificada é dos próprios trabalhadores que não buscaram acompanhar as transformações do mundo do trabalho.

Neste aspecto o diálogo na perspectiva freireana, visto como um movimento constante e voltado para apreender a totalidade da realidade social do público prioritário a ser qualificado, vem intensificando a identificação dos limites que se colocam quanto a intersetorialidade entre as diferentes políticas sociais, presas em suas lógicas próprias e fechadas.

Os limites ou os problemas desse processo começam a ser externalizados em diferentes lugares que se situam em indagações do porquê a população extremamente pobre não esta matriculada e/ou se mantendo frequente nos cursos de qualificação profissional. Um dos grandes limites constatado está nos baixos níveis de escolaridade do público alvo a ser qualificado, o que lhe impossibilita de acessar alguns cursos ou de acompanhar o desenvolvimento dos conteúdos dos mesmos.

Deste modo, em pleno século XXI o Brasil em seu modesto salto de desenvolvimento econômico encontra-se diante das consequências das opções clássicas tomadas pelas elites compradoras, aliadas e subalternas ao grande capital internacional e que aqui fizeram escola em como se modernizar de modo conservador. Um exemplo crasso disto são os ainda níveis de analfabetismo, os baixos níveis de escolaridade da população.

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma “erva daninha” – daí a expressão corrente: “erradicação do analfabetismo” –, ora como uma “enfermidade” que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma “chaga” deprimente a ser “curada” e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de “civilização” de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a

manifestação da “incapacidade” do povo, de sua “pouca inteligência”, de sua “proverbial preguiça”. (FREIRE, 2001, p. 15)

Paulo Freire ao tratar esta linguagem como ingênua ou astuta, remete a questão ideológica e sua carga de estigmas e preconceitos sobre os sujeitos analfabetos, onde os indivíduos são culpados pelo seu próprio atraso. Além das questões em relação aos níveis de educação dos adultos, sobrepõem-se nas mesas de diálogo e negociação quando de pactuações de cursos PRONATEC, o tema da educação infantil que legalmente é garantida a todos, porém na prática sua universalização ainda está no campo do ideal. Esta situação afasta do mundo do trabalho, do mundo da educação e da qualificação profissional milhares de mulheres chefes de família ou não que presas as funções ligadas a reprodução social ficando impossibilitadas de acessarem programas desta natureza.

As mesas de diálogo expõem elementos referidos pelo sociólogo Ricardo Antunes (2005) que ao se contrapor as teses do fim da centralidade do trabalho, levantou o desafio de compreender a nova morfologia do trabalho e suas facetas, provocando a pensar sobre a noção da classe que vive do trabalho. A classe que vive do trabalho, embora não esteja no núcleo central da produção, ocupa um conjunto de postos de trabalho nas áreas de prestação de serviços, de modo terceirizado, subcontratados, informais, enfim precarizados. Essa parcela importante da força de trabalho é também subescolarizada, subqualificada e alijada dos acessos às políticas públicas como saúde, educação, transporte público.

Logo os temas de classe, gênero, educação, raça e acessos às políticas públicas se evidenciam entrelaçados e indissociados como conteúdo desta nova morfologia do trabalho e portanto confrontam-se em um programa massivo de qualificação profissional como o PRONATEC. O programa tenta atenuar currículos frágeis, permeados por trajetórias de trabalho difusas, interrompidas, buscando nas mesas de diálogo problematizar os elevados níveis de qualificação e escolarização exigidos pelos empregadores em troca de rebaixados níveis de estabilidade, proteção e remuneração salarial.

Outro limite encontrado pela classe que vive do trabalho, em relação aos cursos de qualificação e as opções de emprego é no campo da estética sintetizada na saúde odontológica e na obesidade estes problemas físicos, de saúde estão associados a um ser social ou um trabalhador visto como indisciplinado, descuidado. Estes temas assim como o analfabetismo são relegados aos indivíduos e não a sociedade, ao Estado, questões como a epidemia de obesidade em pessoas desnutridas são questões desconectadas da temática da crise do modelo capitalista de produção de alimentos envenenados, refinados, branqueados.

Observa-se na experiência de implantação do PRONATEC no RS que estes não são os únicos limites ou contradições verificados entre o programa, o público alvo das políticas sociais e os possíveis postos de trabalho. As posições de trabalho vinculadas aos postos de trabalho manual como construção civil encontram grandes dificuldades de recrutamento de força de trabalho. Em um primeiro momento a explicação para essa realidade era baseada nos baixos níveis salariais, o que também é verdade. Porém no caso brasileiro esse não é o único problema, verifica-se um longo histórico de discriminação e desqualificação social dos postos manuais de trabalho.

Recentemente Cardoso (2010), propôs uma releitura na forma de uma sociologia historicamente informada como ele mesmo atribui à construção do processo da sociabilidade capitalista brasileira. Nesta perspectiva o autor está perseguindo o porquê que a desigualdade se deu de modo tão intenso no Brasil, a sua resposta vem no sentido de dizer que; foi pela forma como os trabalhadores foram incorporados na sociedade capitalista. Um dos argumentos mobilizados foi à construção de uma ética degradada do trabalho.

Uma ética degradada do trabalho remete a uma atribuição de significado construído socialmente em um campo de forças. Um campo de forças polarizado entre senhor e escravo onde a ideia de degradação do trabalho em especial do trabalho manual remete a um dos elementos herdados da

escravidão. Escravidão justificada sob vários ângulos, teologicamente os escravos eram seres pagãos, heréticos, bárbaros, portanto impuros deviam espiar seus pecados pelo trabalho árduo.

Racionalmente essa força de trabalho era coisa, mercadoria, comprada e vendida sobre as quais não havia compromissos de proteção e manutenção da vida. Justificações estas mantidas sob intensas formas de violência, renovadas cotidianamente, onde os negros não tinham nome, identidade, nem rosto, eles foram se tornando uma cor associada ao trabalho bruto, pesado e condenado. Estas atribuições de significados atravessaram séculos e compõe a morfologia atual do trabalho.

É também neste setor da classe que vive do trabalho em que a remuneração salarial é debatida e afirmada em torno de patamares dos mínimos constitucionais, o salário mínimo na era Lula e Dilma experimentou via o neodesenvolvimentismo alguma elevação, mas ainda é um dos menores salários da América Latina. Tanto é que se agrega a este as políticas de transferência de renda via programas sociais que atenuaram os graves índices de baixo IDH nacional.

Pode-se dizer deste processo que a experiência de articulação do programa de qualificação profissional PRONATEC no Rio Grande do Sul, voltado a população de baixa renda, a população que vive do trabalho numericamente é um sucesso, o Rio Grande do Sul detém nos dois anos de implantação o primeiro lugar em relação aos demais estados federados em pessoas matriculadas. De janeiro deste ano até o início de agosto, cerca de quarenta e cinco mil trabalhadores entraram em salas de aula, em duzentos e trinta municípios em mais de duzentos tipos diferentes de cursos. A leitura do órgão gestor estadual é de que a aposta em criar um ambiente de dialogo e negociação entre estes dois distintos universos é a ferramenta responsável pela quantidade e pela qualidade da realidade desta política pública.

Este contexto evidencia a ampliação e a intensificação das políticas sociais no Brasil evidencia que esforços republicanos, político metodológicos de gestão de políticas públicas avançam em direção do acesso daqueles que delas necessitam. Ao par destes processos o mês de junho de 2013 demonstrou que a população brasileira massivamente compareceu as ruas protestando e cobrando mais Estado não apareceram pedidos para suspender o Bolsa Família, ou do programa Minha Casa Minha Vida ou o PRONATEC. A população nas ruas disse de diferentes modos, que quer mais políticas públicas, em melhores condições e que estas sejam mais rápidas e qualificadas. Logo a singela articulação realizada na Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social e assumir a incompletude da política pública de qualificação profissional, porem adotá-la e persegui-la em suas interfaces com outros setores, demonstra que tem sentido.

Trata-se de defender e aplicar elementos básicos da coisa pública, mas que diante da cultura do patrimonialismo brasileiro parece novidade. Trata-se de defender que educação, conhecimento científico e técnicos acumulados pela humanidade ao longo de milênios devem ser disponibilizados a todos, embora o tema do método de ensinar e de aprender também faça parte da agenda de diálogos. Articular as demandas do universo da reprodução social, através das falas das mulheres de baixa renda que lutam para que seus filhos tenham acesso a educação infantil, articular e defender a necessidade de programas específicos de elevação de escolaridade fazem parte da agenda de diálogos.

Mas todos estes esforços não anulam a necessidade de enfrentar o tema da desqualificação do universo da política, despolitizar a ação política só interessa a elites conservadoras interessadas em aprofundar a agenda neoliberal. A agenda de reformas pautadas pela população requer a politização a cerca do modelo de desenvolvimento necessário e voltado a quem, as populações ou ao mercado? Se o neodesenvolvimentismo corresponde a uma agenda tímida de mudanças então o tema do desenvolvimento ou do envolvimento necessário no tema da economia e da forma de produção é algo que esta posto para o Rio Grande do Sul, para o Brasil, para a América Latina e para o Mundo.

As sociedades capitalistas modernas vêm esvaziando os sentidos dos temas e das tarefas sociais, impondo lógicas predatórias, pouco reflexivas. Nesse sentido todos os seus membros são afetados por este contexto que gera impotência, coisificação. Resumindo e dizendo que um dos elementos mais

intensos da implantação do PRONATEC no sul do Brasil talvez tenha sido o de encontrar neste uma tarefa com potencia de sentidos, aspirações, valores, dando ao trabalho diário o sentimento de cooperação para com o povo.

A nova morfologia do trabalho se relaciona com as políticas sociais, as quais contribuem com o tencionamento sobre a acumulação privada da riqueza produzida socialmente. Uma tensão que contribui em atenuar as condições de barbárie social em que a classe que vive do trabalho ao acessar os mínimos sociais e constitucionais experimenta a contradição de ao mesmo tempo ter um direito reconhecido, porem esse direito também tem a face de compensação, em função de que os mínimos estão aquém das necessidades e das potencialidades das pessoas envolvidas. Porem essa tensão é importante em função de ela compõe a luta permanente, embora por vezes difusa e embotada da classe que vive do trabalho.

## **Referências**

ANTUNES, Ricardo. **O CARACOL E A CONCHA ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo. Boitempo editorial. 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro. Zahar. 2005.

BOITO, Armando. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO, Armando. E GALVÃO Andreia. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo. Alameda editorial. 2012.

BRASIL. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC**. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Brasília. 2011.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 2010.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a prática da liberdade e outros escritos**. São Paulo. Paz e Terra. 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo. Paz e Terra. 2003.

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/index.php?group=1>. Consultado em 14/04/2013.